

GUNGUNHANA EM DOIS TEMPOS

Gungunhana in two Strokes

Helena Wakim **MORENO** (Estudante de História USP, São Paulo, Brasil)

Na segunda metade do século XIX, o continente africano foi palco de disputas territoriais por parte das potências europeias. Portugal, ainda que não se destacasse economicamente no contexto europeu, entrou no páreo. Alegando direitos históricos, reivindicava a extensão territorial compreendida entre o litoral angolano (costa oeste, no Atlântico) e o litoral moçambicano (costa leste, no Índico).

Em 1884, foi organizada a conferência de Berlim, com o intuito de definir como seria feita a partilha da África. Portugal exibiu suas pretensões em um mapa que ficou conhecido como “mapa cor-de-rosa”: as terras desejadas foram assinaladas com esta cor. Entre Angola e Moçambique estava uma zona que, segundo especulações, era rica em minérios e possivelmente em diamantes. Era mais que o suficiente para despertar o interesse inglês. Tendo diante de si o mais forte dos concorrentes, o país mais poderoso do mundo, os portugueses tiveram seus planos frustrados: conseguiram oficializar a posse de Angola e Moçambique, contudo o interior (futuramente, a Rodésia do Norte e a Rodésia do Sul) foi ganho da Inglaterra. Essa deliberação seria a catástrofe para Portugal. O mapa cor-de-rosa era a essência dos seus planos em África.

Diferente do que comumente se supõe, a Conferência de Berlim não colocou um ponto final nas disputas por terras. Pelo contrário: ela as intensificou. Os últimos anos da década de 1880 foram marcados por campanhas militares em Moçambique que pretendiam avassalar as lideranças das populações locais (régulos) e submetê-los ao poder português. Essa tática, de incorporar os grupos locais, era de extrema importância, tendo em vista que o contingente militar europeu na área era insignificante. A lógica era que os potentados passassem a defender os interesses portugueses contra os ingleses.

A lógica portuguesa procedia. A região de Moçambique era uma zona de poder fortemente centralizado, onde muito pouco se conseguia sem o apoio dos régulos, e acima dos poderosos estava o imperador de Gaza, Gungunhana.

O império de Gaza havia sido fundado por Manicusse em 1821, após a vitória na luta contra os zulus por seus guerreiros nguni. O imperador de Gaza a partir de então passou a dominar os reis da etnia tsonga, ao sul de Moçambique. Manicusse, entre outros feitos, iniciou um comércio regular de marfim com o porto de Lourenço Marques, conferindo maior dinamismo à economia portuguesa na região. Faleceu em 1858.

Por três anos, o império esteve sob o comando de Mawewe, filho de Manicusse, porém herdeiro ilegítimo do trono. Muzila, seu irmão, refugiou-se e com apoio de ngunis e portugueses conseguiu derrubá-lo e assumir a frente no império em 1862.

Há diversos relatos portugueses que retratam Muzila. Sua imagem, na ótica portuguesa, é a de um chefe bastante regular tanto nas suas relações diplomáticas quanto comerciais: o auxílio para derrubar Mawewe rendeu a Portugal um termo de vassalagem em 1863. Em uma carta à Sociedade de Geografia de Lisboa publicada pela mesma no ano de 1882, escreve Paiva

de Andrada, explorador e capitalista atuante em Moçambique, que “Muzila era um bom preto e as dificuldades da região poderiam ser resolvidas sem muito esforço em função da influência sob ele exercida por muitos portugueses. Um título e uma pensão resolveriam.”¹



Gungunhana

O ano de 1884 foi de certo um ano de mudanças nas relações portuguesas na África. Além da conferência de Berlim, este foi o ano em que Manicusse faleceu. Era um péssimo momento para Portugal perder um aliado tão regular, e tão influente no equilíbrio das forças internas de Moçambique. A região de Gaza era mesmo determinante: a extensão do império cobria toda porção central e sul do país.

Com a morte de Muzila, o novo imperador de Gaza era seu filho, Gungunhana. Em 10 de novembro de 1887, novamente Paiva de Andrada foi convidado a fazer um discurso acerca das Campanhas empregadas na Zambézia. Porém, antes de narrar os feitos, conta o próprio orador que julgou necessário gastar algumas palavras com Gungunhana: alguns conflitos haviam sido iniciados com os régulos de Inhambane, e julgou o imperador vátua que devia punir os rebeldes. As autoridades portuguesas dirigiram ordens de não atacar as terras dos brancos. Mas, Gungunhana considerou todos rebeldes e os castigou. Posteriormente, segundo o palestrante, reconheceu seu erro e verdadeiramente arrependido pediu perdão. Conta ainda “que apesar de muitos serem da opinião que o poder do imperador precisava de um fim, ele mesmo não pensava assim. Certamente seria algo fácil, mas também um erro fatal.”²

A opinião de Paiva de Andrada neste assunto era mesmo bastante particular. Além disso, o que fica manifesto na passagem é a postura de Gungunhana. Os mais dados às interpretações de cunho antropológico poderão dizer que se tratava então de um diálogo de surdos entre o imperador de Gaza e as autoridades portuguesas, outros poderiam dizer que se tratava de uma forma de resistência praticada pelo líder da população oprimida frente aos imperativos portugueses. Algo é certo: apenas três anos após se tornar imperador, Gungunhana certamente não era bem visto pelos habitantes da metrópole, e havia feito justamente o contrário que o pedido pelo governo português. As diferenças com seu antecessor eram muito evidentes.

Um incidente diplomático complicaria ainda mais a situação portuguesa. Entre as campanhas militares em Moçambique, havia a de Serpa Pinto, oficial português. Ao atravessar a região do Lago Niassa, na África Austral, o explorador teria arriado as bandeiras inglesas que tremulavam numa zona de forte influência britânica. Iniciou-se então um confronto entre portugueses e makololos. Sob a forma de um memorando, em 11 de janeiro de 1890, o governo inglês exigiu a retirada imediata das tropas portuguesas sob a ameaça de romper relações diplomáticas. Portugal não viu outra opção senão acatar as exigências.

A fase expansionista de Portugal no continente africano certamente chegava ao fim. A comoção popular gerada em Lisboa em função do ultimato britânico, como ficou conhecido o episódio, foi imensa. A falência do projeto do mapa cor-de-rosa tornava ainda mais aguda a crise da monarquia portuguesa e favorecia o movimento republicano, em franca ascensão. Não bastando a derrota, vieram as perdas: Portugal perdeu boa parte do território de Manica, ponto de comércio de marfim. Precisou ainda conceder amplas vantagens de navegação e comércio para as possessões inglesas. Restava a Portugal fortalecer o seu poder e, em certos casos, afirmá-lo no interior de Moçambique.

O império de Gaza estava em sua grande parte do lado português, mas isso não foi empecilho para que a British South African Company (BSAC), do milionário inglês Cecil Rhodes, pressionasse Gungunhana a enviar conselheiros ngunis a Londres a fim de conseguir apoio britânico. Os ingleses apostavam na incapacidade portuguesa de conseguir controlar o povo de Gaza, de forte tradição militar³. No despontar da década de 1890, a questão de Gaza é acompanhada cheia de expectativa. Mais do que uma questão político-militar, o que estava em jogo, aos olhos dos contemporâneos, era a capacidade portuguesa de gerir as suas colônias.

A partir de 1891, a Companhia de Moçambique tentou uma nova fase de relações com Gungunhana. José de Almeida, secretário-geral da Companhia e antigo intendente-geral de Gaza, fora enviado ao encontro de Gungunhana em 1893, com intuito de pedir que o imperador retirasse seus homens do raio de influência da Companhia em troca de uma soma anual. Obteve uma resposta negativa de Gungunhana, sempre irredutível no que dizia respeito a ceder suas terras. Almeida fez então outra proposta: os ngunis poderiam continuar a cobrar impostos na região, mas agora em nome da Companhia de Moçambique. O valor recolhido seria dividido. Novamente negado.

Contudo, na década de 1890, a tática de controlar a região de Gaza por intermédio do poder de Gungunhana perdia força. Em 1893, Antonio Enes, comissário régio de Moçambique, publica um relatório defendendo uma ação de contenção territorial de Gaza e que afirmasse a autoridade portuguesa sob o imperador de Gaza. A voz de Enes encontrava ecos em todo Portugal.

No ano seguinte estoura a revolta dos regulados nas chamadas “Terras da Coroa” e ameaça atingir Lourenço Marques, cidade portuária que há séculos era o centro da presença portuguesa em Moçambique. Especulava-se, talvez erroneamente, que Gungunhana estivesse por trás da revolta. Com receio de que o soberano de Gaza se articulasse com a BSAC de Cecil Rhodes para expulsar os portugueses da África Oriental, foi arquitetado um plano que deveria aproveitar a mobilização de forças de Lourenço Marques para, se não exterminar Gungunhana, torná-lo inofensivo. A estratégia militar era, a partir de duas colunas portuguesas, uma no norte de Lourenço Marques e outra a sul de Inhambane, estabelecer postos e pouco a pouco o cerco em torno do Gungunhana se estreitaria. Estavam no comando da operação o comissário régio Antonio Enes e Joaquim Mousinho de Albuquerque, oficial da cavalaria portuguesa.

Em 1895, uma nova “tentativa de conciliação” foi feita. Novamente José de Almeida foi enviado para conversar com Gungunhana a fim de discorrer sobre pequenas questões. Havia, na percepção portuguesa, a possibilidade do imperador nguni abdicar, intimidado pelo poder militar. Em todo caso, era preciso ganhar tempo para que as forças que vinham da metrópole pudessem ser instaladas nos arredores de Gaza.

A princípio, Gungunhana parecia estar confiante na tradição guerreira dos ngunis. Contudo, parece ter sido paulatinamente influenciado por notícias do desembarque de homens e material bélico em Lourenço Marques, Limpopo e Inhambane. Tenta então um tratado de paz com o governo português, porém Portugal responde a Antonio Enes que, em função de todos os problemas já causados pelo imperador de Gaza, só poderiam se contentar com a sua aniquilação.⁴ Enes consegue “flexibilizar um pouco os termos” e se mostra disposto a decretar a paz com Gungunhana caso haja a submissão de todo império de Gaza, incluindo do próprio soberano, a Portugal e por fim entregar os régulos Zichacha e Magaia, que estavam sob a proteção de Gungunhana desde a revolta de Lourenço Marques.

No interior de Gaza, a questão não era simples. Havia partidários da entrega dos régulos, a fim de evitar a guerra. Porém os favoráveis à resistência eram em um número considerável e entre estes figurava o principal chefe de guerra, Maguiguana.

Provavelmente indeciso, Gungunhana optou por dizer à administração colonial que não seria possível a entrega imediata dos régulos, mas a assegurou para um futuro próximo. Contudo, para além da negociação, era perceptível que a guerra se aproximava. Algumas tentativas de resolução pacífica do conflito ocorreriam, mas estavam fadadas ao fracasso.

As tropas ao norte começam a avançar enquanto as do sul receberam ordens de perseguir os régulos Zichacha e Maazulo. As forças portuguesas ainda não descartavam a rendição total de Gungunhana, mas preparavam-se para entrar em combate em Manjacaze, capital do império.

As tropas de Inhambane em 7 de novembro confrontavam em Coolela os ngunis que permaneciam na região. Apesar de estarem em número superior, os habitantes de Gaza não puderam fazer frente às metralhadoras, canhões e carabinas. O resultado é dramático: são mortos cinco militares portugueses e centenas de ngunis. O próprio Gungunhana estava presente. Ao cessar o confronto vai ter com seus conselheiros (indunas) e acusa familiares de traição pela falta de bravura na frente de combate.

Quando as tropas do coronel Eduardo Galhardo chegaram ao coração do Império Gaza a 11 de novembro de 1895, encontraram apenas as pilhagens da população. A localidade estava completamente desocupada.

Gungunhana e os seus estavam em Chaimite, considerado um local sagrado para os ngunis. É difícil explicar como o soberano que controlava toda a região centro e sul de Moçambique não consegue uma rearticulação sequer para se proteger. A hipótese mais aceita consiste no desgaste provocado pela ação portuguesa na região, na desarticulação entre os potentados (vale ressaltar que nem todos eram contrários à presença portuguesa, havia os que colaboravam para que ela se instalasse definitivamente) e na quebra de vassalagem das populações submetidas aos ngunis⁵.

Gungunhana, entre um ato de auto-preservação e percepção, decide em 13 de dezembro entregar o régulo Zichacha. Os demais régulos sob seu poder passaram a não se sentir protegidos e não tardaram a prestar vassalagem aos portugueses. A fragilidade da situação de Gungunhana reforça os ânimos de Mousinho de Albuquerque.

Parte no dia 25 de dezembro, com duzentos de homens africanos de diversos grupos e militares europeus, Mousinho de Albuquerque obstinado pela captura do imperador de Gaza. Nos três dias de marcha que se seguiram, diversos chefes de potentados locais ofereceram seu auxílio no combate. Por duas vezes durante esse período Gungunhana enviou pedidos de desculpas e amizade, somas em ouro, marfim e búfalos. Na segunda vez, foi seu filho Godide, herdeiro de Gaza, quem foi negociar a paz com o oficial da cavalaria. Era um gesto em vão.

Em 28 de dezembro de 1895 chega a Chamite. Os poucos que ainda permaneceram ao lado de Gungunhana fogem. Mousinho de Albuquerque adentra a paliçada de Chamite, mas os régulos se recusam a fazer o mesmo. Prontamente, ordena o fuzilamento sem julgamento prévio do induna Mahuene e do tio de Gungunhana, Queto.

Exige, ainda, que o coração de ambos seja transpassado por uma espada. Gungunhana é preso e levado até a costa.

A cena da prisão de Gungunhana por Mousinho de Albuquerque foi representada em diversas telas e até mesmo em livros didáticos, principalmente no período do Estado Novo. Todo material consultado estampava os personagens da mesma forma: Mousinho de Albuquerque é um cavaleiro esguio e elegante, que trajava um alinhado uniforme azul-claro e empunhava uma espada. Já Gungunhana era um chefe desajeitado e desproporcional, algumas vezes no limite do caricato. Estava com o dorso nu e tinha envolvido na cintura um longo pano vermelho. Em quase todas Gungunhana aparece em pé, porém em todas está de cabeça erguida e do lado oposto que se encontra Mousinho de Albuquerque. Estas imagens se tornaram o símbolo das campanhas militares na África.

A notícia da captura de Gungunhana rapidamente tomou as manchetes dos principais jornais europeus: segundo Maria da Conceição Vilhena, foi o acontecimento político e militar de maior projeção do final do século XIX. A prisão de Gungunhana tinha uma forte carga simbólica. Muito mais que capturar um líder que gerava entraves, a prisão de Gungunhana significou para Portugal readquirir prestígio perante as potências europeias e as colônias vizinhas. A própria população de Gaza passou a ser mais cuidadosa no trato com as autoridades coloniais. Portugal era então uma nação em decadência em meio a nações em franca ascensão. O “ato heróico” atribuído à prisão de Gungunhana fez com que Portugal voltasse a ser visto no contexto internacional como um país capaz de realizações, mas, principalmente, capaz de gerir suas colônias. A soberania portuguesa não seria mais colocada em xeque.

Mousinho de Albuquerque foi recebido com singular entusiasmo em Portugal. Já em 1896, se tornou governador de Moçambique e, no mesmo ano, foi elevado à condição de comissário régio. Do tempo em que fora governador do distrito de Lourenço Marques (1890-1892), havia conseguido alguns processos por falsificação, cobranças excessivas ou indevidas, transgressões de imposto de selo, entre outros. Tudo foi devidamente esquecido após a prisão de Gungunhana: ele era o homem que havia feito com que os portugueses voltassem a ter orgulho de seu país.

Após sua prisão, Gungunhana foi conduzido para o rio Limpopo e depois Lourenço Marques, onde chegou a 6 de janeiro de 1896. Embarcou para Lisboa com uma pequena comitiva composta por sete de suas mulheres, um tio, o régulo Zichacha e o herdeiro, Godide. Custaram exatos dois meses a bordo do vapor África para chegar a Lisboa. O assédio da imprensa e da população lisboeta impressiona. No mesmo mês de março, Gungunhana foi transferido para Monsanto. O forte não tardou a virar ponto de visita da população curiosa que desejava ver o antigo imperador, agora um simples cativo.

Passado um mês, Gungunhana é novamente transferido, desta vez para os Açores. Foi transportado secretamente na noite de 22 de junho a fim de evitar alvoroços. As mulheres de Gungunhana não seguiram para os Açores: foi considerado um ato imoral o imperador possuir tantas esposas e optou-se por transferir apenas os homens.

Chegou à ilha Terceira nos Açores e lá permaneceu durante seus últimos anos. Seus últimos dez anos, segundo indicam os relatos, foram de convivência regular: eventualmente era detido em função da bebedeira, mas fora isso passou a ter uma vida comum. Mudou de hábitos, passou a trajar vestimentas europeias, foi batizado e aprendeu a falar português e foi alfabetizado. Morreu com cerca de cinquenta e seis anos, aproximadamente dez anos após sua chegada na ilha.

* * *

Em 1983, passados oito anos da independência de Moçambique, o então presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, faz uma viagem oficial a Portugal. Nesta viagem, em um de seus momentos mais importantes, foi entregue a Machel um pote de cerâmica com o que seriam os restos mortais de Gungunhana, solicitados pelo próprio ao presidente português Ramalho Eanes.

Para dotar de maior notoriedade ao acontecimento, Samora Machel pede para que Portugal conserve um pouco mais o pote, a fim de poder antecipar os preparativos para uma cerimônia digna da recepção dos despojos de Gungunhana. A urna permaneceu então no Palácio das Necessidades em Lisboa por quase dois anos.

No dia 15 de junho de 1985, desembarca em Maputo (capital de Moçambique, antiga Lourenço Marques) a urna com os restos mortais de Gungunhana. É recebida com grande expectativa: havia sido preparado um caixão de 225 quilos, 2 metros de comprimento e 75 centímetros de altura, com ricos detalhes e adornos em baixo-relevo. O trabalho foi obra de Paulo Come em madeira. O caixão permaneceu no Salão Nobre do Conselho Executivo até ser definitivamente instalado na capela Nossa Senhora da Conceição, na fortaleza de Maputo. Mais tarde, a entrega por Portugal dos espólios de Gungunhana suscitaria questionamentos: alguns afirmavam que não passava de um punhado de terra. As suspeitas se confirmaram, uma vez que vindo a público que Gungunhana fora enterrado em uma vala comum e que era impossível distingui-lo com exatidão. O governo moçambicano aceitou receber o punhado de terra como um gesto simbólico.

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), maior partido de Moçambique até hoje, sempre procurou valorizar a imagem de Gungunhana. Nunca se furtou a afirmar que Gungunhana era um verdadeiro herói da resistência moçambicana. Contudo, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), partido de inspiração nacionalista em oposição ao marxismo da Frelimo, defende que Gungunhana só é valorizado em função de Eduardo Mondlane (primeiro líder da Frelimo), o próprio Samora Machel e Joaquim Chissano (presidente que no centenário de morte de Gungunhana, em 1995, promoveu cerimônias em Coolela e Chamite dos cem anos de resistência do império de Gaza e inaugurou um busto do imperador) e todos os primeiros presidentes de Moçambique serem da etnia changana, palavra que deriva de Sochangane, nome anterior Manicusse (avô de Gungunhana). A Frelimo sempre negou essas suposições.

Revisitar a figura de Gungunhana conta mais do que uma história que passou, conta também uma história que está sendo escrita. É procurar entender tanto o início do colonialismo português quanto o processo de afirmação da identidade nacional moçambicana e as disputas que o circundam. Independente de considerá-lo ou não um herói, cabe ver que Gungunhana foi um dos últimos chefes a cair no continente africano. Ainda que hesitante e decidido a se entregar antes de sua prisão, ele se negou a ser governado pelos europeus. Não é por acaso que sempre foi retratado de rosto erguido.

NOTAS

1 - PAIVA DE ANDRADA. Joaquim Carlos. A Manica e o Musila. In: Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa , 3a Série, 1882, p. 63.

2 - PAIVA DE ANDRADA. Joaquim Carlos. Campanhas da Zambézia. In: Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa , 7a Série, 1887, p. 717-718.

3 - ALEXANDRE, Valentim. Situações coloniais: II – O ponto de viragem: as campanhas de ocupação (1890

– 1930). In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, F. e K. História da Expansão Portuguesa 4 – volume 4: Do Brasil para a África. (1808 - 1930). Círculo de leitores, Navarra, 2000, p. 183.

4 - Ibidem, p. 186.

5 - PÉLISSIER, René. História de Moçambique: formação e oposição – 1854-1918, vol. I. Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 298-311.

MOURO

ISSN 2175-4837

6 - VILHENA, Maria da Conceição. Gungunhana – grandeza e decadência de um Império Africano. Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 182.